



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

KELV JANUÁRIO LICUSSA

**A HISTÓRIA DA LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: SURGIMENTO DOS
MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1970**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

KELV JANUÁRIO LICUSSA

**A HISTÓRIA DA LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: SURGIMENTO DOS
MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1970**

Trabalho De Conclusão De Curso Apresentado
Como Requisito Parcial Para A Obtenção Do
Grau De Licenciatura Em História, Pela
Universidade Da Integração Internacional Da
Lusofonia Afro Brasileira - Unilab.

Orientador: Prof. Dr. Victor Martins De Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

L679h

Licussa, Kelv Januario.

A história da libertação de Moçambique : surgimento dos movimentos de libertação nas décadas de 1950 e 1970 / Kelv Januario Licussa. - 2026.

46 f. : il., mapas, color.

Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Victor Martins de Souza.

1. Moçambique - História - Movimentos de autonomia e independência.
2. Descolonização. I. Frente de Libertação de Moçambique. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 967.9

KELV JANUÁRIO LICUSSA

**A HISTÓRIA DA LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: SURGIMENTO DOS
MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1970**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Licenciatura em História, pela Universidade
da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira - UNILAB, orientado pelo Prof. Dr.
Victor Martins de Souza.

Data de aprovação: 30/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Victor Martins de Souza (Orientador)

Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Juliana Barreto Farias

Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida, pela força e por permitir que eu chegasse até esta etapa tão importante da minha caminhada académica.

À minha mãe, deixo o meu mais profundo agradecimento. Obrigado por sempre estar presente no meu caminho, por nunca desistir de mim, por acreditar no meu potencial mesmo nos momentos mais difíceis. Obrigado por cada palavra de incentivo, por cada conselho, por cada motivação para continuar estudando, batalhando e seguindo em frente. Passamos por muitas dificuldades, enfrentamos muitas situações complicadas, mas hoje estamos aqui, vendo mais uma conquista se tornar realidade. Hoje estou na reta final da minha licenciatura, preparando-me para defender este trabalho, e sinto-me extremamente honrado e feliz por ter a senhora ao meu lado vivendo este momento comigo. Amo-te profundamente e agradeço todos os dias por ainda poder partilhar esta conquista contigo.

Ao meu irmão, agradeço por sempre confiar em mim e nunca me abandonar nos momentos difíceis. Obrigado por cada conselho, por cada “puxão de orelha”, por me ensinar a permanecer firme, mesmo diante das críticas e das palavras negativas das pessoas. Obrigado por me dizer para continuar estudando, não desistir e acreditar que eu poderia ser alguém na vida. O teu apoio teve um grande significado nesta caminhada.

Ao meu pai, mesmo não estando fisicamente presente, deixo aqui o meu eterno amor e a minha saudade. Gostaria muito que estivesse aqui para ver o seu filho mais novo concluir mais uma etapa da vida, ultrapassar mais um desafio e iniciar um novo caminho. Sinto profundamente a tua falta, mas acredito que, de onde estiveres, estás acompanhando e vendo esta conquista com orgulho.

Aos meus colegas, agradeço pelo apoio, pela amizade e pela disponibilidade em me ajudar sempre que preciso. Cada gesto de apoio contribuiu para tornar esta caminhada mais leve e significativa.

À minha irmã, agradeço imensamente por tudo o que fez e continua fazendo por mim. A tua contribuição, apoio e presença também fizeram parte desta fase tão importante da minha vida. Por fim, agradeço a todos que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o surgimento e o desenvolvimento dos movimentos de libertação em Moçambique, com ênfase nas décadas de 1950 e 1960, buscando compreender de que maneira fatores internos, externos e as divisões internas desses movimentos influenciaram a trajetória da independência e a configuração política do Estado moçambicano no período pós-independência. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise crítica de obras historiográficas e documentos relacionados ao processo de libertação nacional. Do ponto de vista teórico, o estudo apoia-se na perspectiva da História Social e Política, dialogando com autores como Cabral, Mondlane, Newitt, Cahen e Mbembe, entre outros. Os resultados indicam que a independência de Moçambique não pode ser compreendida apenas como resultado da luta armada, mas como um processo complexo, marcado pela interação entre a opressão colonial portuguesa, as influências do contexto internacional como o pan-africanismo e a Guerra Fria e as tensões internas no seio dos movimentos de libertação, especialmente na FRELIMO. Conclui-se que esses fatores não apenas moldaram o processo de independência, mas também influenciaram profundamente a estrutura política, econômica e social do Estado moçambicano pós-1975, evidenciando que a descolonização constitui um processo ainda em curso, marcado por desafios e continuidades históricas.

Palavras-chave: Moçambique - história - movimentos de autonomia e independência; descolonização; Frente de Libertação de Moçambique.

ABSTRACT

This study aims to analyze the emergence and development of liberation movements in Mozambique, with emphasis on the 1950s and 1960s, seeking to understand how internal and external factors, as well as internal divisions within these movements, influenced the trajectory of independence and the political configuration of the Mozambican State in the post-independence period. The research is characterized as qualitative, with a bibliographic and documentary nature, based on the critical analysis of historiographical works and documents related to the national liberation process. From a theoretical perspective, the study is grounded in Social and Political History, engaging with authors such as Cabral, Mondlane, Newitt, Cahen, and Mbembe, among others. The results indicate that Mozambique's independence cannot be understood solely as a result of armed struggle, but as a complex process marked by the interaction between Portuguese colonial oppression, international influences — such as Pan-Africanism and the Cold War — and internal tensions within liberation movements, particularly FRELIMO. It is concluded that these factors not only shaped the independence process but also deeply influenced the political, economic, and social structure of the Mozambican State after 1975, demonstrating that decolonization remains an ongoing process marked by challenges and historical continuities.

Keywords: Mozambique - history - autonomy and independence movements; decolonization; Mozambique Liberation Front.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO E COLONIAL	14
2.2	FORMAÇÃO E IDEOLOGIA DE MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	16
2.3	A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA	16
2.4	OBJETIVOS E IDEOLOGIAS DA FRELIMO	18
2.5	A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E SEUS REFLEXOS EM MOÇAMBIQUE	20
2.6	A TRANSIÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA (1974-1975)	22
2.7	O PAPEL DAS MULHERES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO	23
2.8	AS CONDIÇÕES DE MOÇAMBIQUE: DA INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA À CONTEMPORANEIDADE	25
2.9	O LEGADO COLONIAL E AS BASES DO ESTADO PÓS-INDEPENDENTE	28
2.10	A GUERRA CIVIL E A DEVASTAÇÃO DA DÉCADA DE 1980	30
2.11	AS REFORMAS NEOLIBERAIS E O RETORNO À DEPENDÊNCIA	33
2.12	CULTURA, MEMÓRIA E REINTERPRETAÇÃO DA LIBERTAÇÃO	35
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A história contemporânea de Moçambique é marcada por um dos processos mais emblemáticos de luta contra o colonialismo em África. O período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960 revela-se um capítulo decisivo, no qual emergem os movimentos de libertação nacional que contestaram de forma sistemática a presença colonial portuguesa no território. Nesse contexto, a presente monografia propõe-se a investigar os fatores que levaram ao surgimento desses movimentos, destacando suas condições de formação, as estratégias políticas e militares utilizadas e sua relevância para a independência alcançada em 25 de junho de 1975.

O domínio colonial português em Moçambique foi caracterizado por uma estrutura de exploração econômica profundamente desigual, sustentada pela expropriação de terras, pela utilização massiva do trabalho forçado e por um sistema de segregação racial que marginalizava a maioria da população nativa. De acordo com Newitt (1995), o colonialismo português manteve-se por meio de uma política que combinava repressão violenta e uma rígida administração centralizada, impedindo o desenvolvimento de instituições locais autônomas. Além disso, a ausência de oportunidades educacionais para a maioria da população reforçava a dependência e a subordinação ao poder colonial. Esse quadro criou as bases de insatisfação social que, com o tempo, se transformaram em mobilização política organizada.

Na década de 1950, começam a surgir em Moçambique associações político-sociais e culturais que, a princípio, se limitavam a reivindicar melhores condições de vida, reformas sociais e o reconhecimento de direitos civis básicos. Como observa Mondlane (1969), essas associações representaram um primeiro despertar da consciência política, ainda restrito a pequenos círculos de intelectuais, trabalhadores urbanos e estudantes que circulavam entre Lourenço Marques (atual Maputo) e outras cidades coloniais. Aos poucos, tais grupos passaram a articular um discurso de resistência que ultrapassa reivindicações sociais pontuais e se orientava para a contestação do sistema colonial em sua totalidade.

Esse processo de transformação foi fortemente influenciado pelas correntes internacionais que marcaram o pós-Segunda Guerra Mundial. O avanço das independências em países africanos como Gana (1957) e Guiné (1958), aliado disseminação de ideais pan-africanistas, criou um ambiente de solidariedade continental que inspirou as lideranças moçambicanas. Autores como Cabral (1974) ressaltam que a consciência nacional em África não pode ser dissociada do movimento global de descolonização, em que a defesa da autodeterminação dos povos se tornou um princípio consagrado pela Organização das Nações

Unidas (ONU) e por conferências de países afro-asiáticos, como a de Bandung em 1955.

A fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 1962, representou a consolidação dessas lutas dispersas em um movimento político-militar unificado. Sob a liderança de Eduardo Mondlane, a FRELIMO introduziu uma nova etapa da luta de libertação: a luta armada. Essa mudança refletia a percepção de que o colonialismo português não abriria espaço para reformas significativas e que a independência só seria conquistada por meio do confronto direto. Como destaca Penvenne (1996), a liderança de Mondlane foi fundamental não apenas para a coesão interna do movimento, mas também para a sua projeção internacional, conquistando apoios de países africanos recém-independentes, de organizações socialistas e de redes solidárias no Ocidente.

O papel do contexto internacional, sobretudo no auge da Guerra Fria, também deve ser considerado na análise. O conflito bipolar influenciou diretamente os rumos da luta de libertação em Moçambique, uma vez que tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética e a China buscaram ampliar sua influência sobre os movimentos de independência africanos. Nesse cenário, a FRELIMO soube articular apoios diversos, equilibrando tensões ideológicas em favor da causa nacional. De igual modo, países vizinhos como a Tanzânia e a Zâmbia desempenharam papéis estratégicos ao fornecer bases logísticas e apoio diplomático (Munslow, 1983).

Assim, a centralidade da pesquisa reside profundamente em analisar o surgimento e o desenvolvimento dos movimentos de libertação em Moçambique durante as décadas de 1950 e 1960, destacando o processo de passagem de associações civis para um movimento político-militar estruturado. Busca-se compreender como as condições internas opressão econômica, segregação racial e ausência de direitos interagiram com fatores externos pan-africanismo, descolonização e Guerra Fria para moldar a trajetória que conduziu à independência.

O Outro aspecto relevante do estudo evidencia-se na possibilidade de oferecer uma análise histórica que vá além da descrição factual, problematizando os sentidos da luta de libertação para a construção da identidade nacional e para o entendimento das estruturas políticas do Moçambique pós-independência. A reflexão proposta pretende, portanto, contribuir para um debate mais amplo sobre a importância das lutas anticoloniais na configuração dos Estados africanos contemporâneos, ressaltando não apenas as conquistas obtidas, mas também os desafios legados pelo colonialismo e pela transição para a soberania.

O período da luta pela independência de Moçambique, marcado pela atuação dos movimentos de libertação nas décadas de 1950 e 1960, constitui um momento decisivo na formação do Estado moçambicano moderno. Diversos estudos já abordaram a luta anticolonial

em seus aspectos gerais, mas ainda permanecem pouco investigadas as especificidades relacionadas às condições internas do colonialismo, às influências externas da conjuntura internacional, às tensões e divisões internas entre lideranças e correntes políticas, bem como às consequências dessas dinâmicas para a estruturação do Estado após a independência.

Diante disso, a problemática que orienta este estudo pode ser sintetizada na seguinte questão central: De que maneira os fatores internos, externos e as divisões internas dos movimentos de libertação moldaram a trajetória da independência de Moçambique e influenciaram a configuração política do Estado moçambicano no pós-independência? Analisar como os fatores internos, externos e as divisões internas dos movimentos de libertação, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, moldaram a trajetória da independência de Moçambique e influenciaram a configuração política do Estado no pós-independência constitui o objetivo geral deste estudo. Para alcançar esse propósito, busca-se examinar as condições internas do colonialismo português em Moçambique e seu papel na emergência de movimentos de resistência, investigar a influência de ideologias externas como o pan-africanismo, a descolonização global e a Guerra Fria no fortalecimento da consciência política moçambicana, bem como analisar a fundação e o desenvolvimento da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), com destaque para a liderança de Eduardo Mondlane. Ademais, pretende-se identificar as tensões e divisões internas nos movimentos de libertação e suas repercussões no processo de independência, além de avaliar o impacto da luta de libertação na formação da identidade nacional e nas estruturas de governança do Estado moçambicano pós-independência.

O estudo sobre a história da libertação de Moçambique, com foco no surgimento dos movimentos de libertação nas décadas de 1950 e 1960, justifica-se pela relevância histórica e científica desse processo para a compreensão da formação do Estado moçambicano contemporâneo e em termos históricos e sociais, este estudo é relevante porque revisitar a luta de libertação significa também refletir sobre a construção da identidade nacional moçambicana. Trata-se de um período em que se consolidaram não apenas a resistência contra o colonialismo português, mas também os fundamentos políticos, sociais e ideológicos que moldaram a independência alcançada em 1975.

Do ponto de vista acadêmico-científico, a pesquisa contribui para preencher lacunas ainda existentes na historiografia. Embora haja uma produção consolidada sobre a luta anticolonial em Moçambique, muitos estudos concentram-se em narrativas gerais, deixando em segundo plano a análise das interações entre fatores internos (como a opressão econômica e a repressão política), fatores externos (pan-africanismo, descolonização global e Guerra Fria) e as divisões internas nos movimentos de libertação. Como destaca Newitt (1995), compreender

a história da independência moçambicana implica necessariamente situá-la na confluência entre as dinâmicas internas do colonialismo português e as pressões internacionais da época.

O colonialismo português impôs formas de dominação que fragmentaram a sociedade, e os movimentos de libertação buscaram reconstruir a unidade nacional a partir de um ideal de soberania. Nesse sentido, Mondlane (1969) ressalta que a luta pela independência não era apenas militar, mas também “um processo de transformação social e política que visava devolver dignidade ao povo moçambicano”. A justificativa se ancora ainda na importância política e cultural da memória da luta de libertação. Revisitar esse período é também valorizar as figuras históricas que o protagonizaram, como Eduardo Mondlane e outros líderes da FRELIMO, e compreender como suas estratégias e visões de futuro dialogavam com os anseios da população moçambicana. Além disso, permite analisar como o apoio internacional e o contexto da Guerra Fria condicionaram as escolhas e os caminhos percorridos pela resistência.

Dessa forma, este estudo mostra-se pertinente por oferecer uma análise crítica e aprofundada da luta pela independência, não apenas como um marco do passado, mas como um processo que deixou legados duradouros para a formação do Estado e da sociedade moçambicana. A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter interpretativo, inserido no campo das Ciências Humanas, particularmente na área da História. Partindo do pressuposto de que a investigação histórica não se limita à descrição de acontecimentos, mas envolve a análise crítica de processos, a interpretação de narrativas e a compreensão das múltiplas dimensões sociais, políticas e culturais que constituem os fenômenos históricos. Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho fundamenta-se na perspectiva da História Social e Política, a qual busca analisar as relações entre sujeitos históricos, estruturas de poder e dinâmicas sociais no contexto do colonialismo e da luta de libertação em Moçambique.

Essa abordagem permite compreender o processo histórico não como linear, mas como resultado de disputas, contradições e transformações ao longo do tempo. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica baseia-se na análise de obras clássicas e contemporâneas que discutem o colonialismo português, os movimentos de libertação africanos e a formação do Estado moçambicano, com destaque para autores como Cabral (1974), Mondlane (1969), Newitt (1995), Cahen (2019), Macamo (2016), Hanlon (1990) e Mbembe (2017). Esses referenciais teóricos possibilitam uma leitura crítica das dinâmicas históricas e das diferentes interpretações sobre o processo de independência. A pesquisa documental, por sua vez, apoia-se na análise de discursos políticos, registros históricos e documentos relacionados à atuação da Frente de

Libertação de Moçambique (FRELIMO), permitindo compreender as estratégias políticas e militares adotadas no processo de luta pela independência.

No que se refere ao método de análise, utiliza-se a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que possibilita a organização e interpretação sistemática dos dados a partir de categorias temáticas, tais como: colonialismo, resistência, nacionalismo, luta armada, influências internacionais e formação do Estado. Essa abordagem permite identificar continuidades, rupturas e contradições presentes nas narrativas históricas analisadas. A análise das fontes é orientada pelos princípios da historiografia crítica, que compreende o documento não como reflexo neutro da realidade, mas como uma construção situada em determinado contexto histórico e social. Nesse sentido, cada fonte é examinada a partir de suas condições de produção, da posição de seu autor e das intencionalidades presentes em seu discurso. Conforme propõe Bloch (2001), o historiador deve interrogar as fontes, confrontá-las e interpretar tanto o que é dito quanto o que é silenciado.

Outro elemento fundamental desta pesquisa é a perspectiva interdisciplinar, que estabelece diálogo com áreas como a Sociologia, a Ciência Política e os Estudos Pós-Coloniais. Essa articulação amplia a compreensão do objeto de estudo, permitindo analisar o processo de libertação moçambicano em suas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Tal abordagem está em consonância com a concepção de Thompson (1981), segundo a qual o historiador deve considerar a totalidade social e as experiências dos sujeitos históricos.

O recorte temporal da pesquisa concentra-se nas décadas de 1950 e 1960, período marcado pelo surgimento e consolidação dos movimentos de libertação em Moçambique, com desdobramentos pontuais até a independência em 1975, quando necessário à compreensão do processo histórico. O espaço de análise corresponde ao território moçambicano, considerando, contudo, suas conexões com o contexto internacional, especialmente no âmbito da descolonização africana e da Guerra Fria. Por fim, reconhece-se o papel ativo do pesquisador na construção do conhecimento histórico. A análise desenvolvida neste trabalho parte de uma postura crítica e reflexiva, compreendendo que o historiador não é um sujeito neutro, mas um intérprete que atribui sentido às evidências a partir de questões do presente. Dessa forma, a metodologia adotada articula rigor científico, análise crítica e reflexão teórica, permitindo compreender o processo de libertação de Moçambique como um fenômeno complexo e multifacetado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E COLONIAL

Para compreender o surgimento dos movimentos de libertação em Moçambique nas décadas de 1950 e 1960, torna-se fundamental analisar o contexto histórico e colonial em que tais movimentos se desenvolveram. A presença portuguesa no território moçambicano, iniciada no século XVI, consolidou-se ao longo dos séculos como um sistema de dominação baseado na exploração econômica, no controle político e na subordinação social da população local.

O colonialismo português em Moçambique caracterizou-se por uma estrutura profundamente desigual, sustentada pela expropriação de terras, pela imposição do trabalho forçado e pela orientação da economia para a produção de matérias-primas destinadas à exportação, como algodão, açúcar e copra. Esse modelo de exploração inseriu o território moçambicano de forma dependente no sistema econômico internacional, limitando o desenvolvimento interno e reforçando relações de dependência.

De acordo com Newitt (1995), o domínio colonial português manteve-se por meio de uma administração centralizada e autoritária, que restringia a participação política da população africana e impedia a formação de instituições autônomas.

Além disso, o acesso à educação era extremamente limitado, o que dificultava a formação de uma elite intelectual ampla e contribuía para a manutenção das estruturas de dominação. Outro elemento central desse contexto foi a violência institucionalizada. A repressão colonial manifestava-se tanto por meio de mecanismos legais quanto pela força militar, sendo frequentemente utilizada para conter qualquer forma de contestação. Um exemplo emblemático desse processo foi o Massacre de Mueda, ocorrido em 16 de junho de 1960, quando centenas de moçambicanos foram mortos ao reivindicarem melhores condições de vida e maior autonomia política. Esse episódio tornou-se um marco simbólico da resistência anticolonial, evidenciando os limites do diálogo com o regime português e reforçando a necessidade de organização política mais estruturada.

Nesse cenário, o descontentamento social acumulado ao longo do período colonial passou a se transformar em consciência política. Como destaca Januário (2019), a intensificação das formas de exploração e repressão contribuiu diretamente para o surgimento de movimentos de resistência, inicialmente dispersos, mas que gradualmente evoluíram para organizações mais articuladas e com objetivos claramente definidos.

Além disso, o contexto internacional também exerceu influência significativa. A

partilha da África, formalizada na Conferência de Berlim (1884–1885), consolidou o domínio europeu sobre o continente, mas também estabeleceu as bases para futuras contestações, uma vez que ignorou as realidades sociais e culturais locais. Ao longo do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, esse modelo passou a ser questionado, abrindo espaço para o avanço dos movimentos de libertação em diferentes regiões africanas.

Dessa forma, o contexto colonial em Moçambique não deve ser compreendido apenas como um período de dominação, mas como um processo histórico que gerou contradições profundas. Essas contradições — entre exploração e resistência, dominação e organização política foram fundamentais para o surgimento dos movimentos de libertação nas décadas seguintes, constituindo a base estrutural da luta pela independência.

2.2 FORMAÇÃO E IDEOLOGIA DE MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

O surgimento de uma elite educada em Moçambique, que recentemente adquiriram a sua formação religiosas ou, ocasionalmente, no exterior, começou a questionar e a desafiar o status quo colonial. Figuras como Eduardo Mondlane, que mais tarde se tornaria o fundador da Frelimo, estudaram em universidades fora do país e retornaram com novas ideias sobre nacionalismo e libertação. A luta pela independência em outras colônias africanas e o apoio de países socialistas (como a União Soviética e a China) também incentivaram e influenciaram os movimentos de libertação de Moçambique. A FRELIMO, formada em 1962, beneficiou-se não apenas do contexto político global, mas também de redes de solidariedade internacional que ofereciam apoio material e diplomático.

Neste período, já havia focos de existência dos três movimentos nacionalistas políticos, sendo UNAMI, UDENAMO e MANU, que contribuíram de forma estratégica para a criação do movimento único, dando origem à FRELIMO no dia 25 de junho de 1962, unificados na Tanzânia pelo Dr. Eduardo Chivambo Mondlane. No período de 23 a 28 de setembro de 1962, foi realizado o primeiro congresso da FRELÍMO, em Dar-Es-Salaam na Tanzânia, onde a FRELIMO oficializou o movimento que acabava de ser criado, com a união dos Moçambicanos de vários pontos do país e tomaram a decisão do futuro de Moçambique, tendo como lema, a luta armada para liquidação do Colonialismo Português, rumo à independência Nacional. No dia 25 de setembro de 1964, a FRELIMO, iniciou com a Luta Armada no Posto Administrativo de Chai, atual província de Cabo Delgado. Depois dos Dez anos da Luta Armada, no dia 7 de Setembro de 1974, em Lusaka, a FRELIMO e o Governo Português, assinou os acordos de Lusaka, onde o Estado Português reconheceu formalmente o direito do povo de Moçambique à independência e o princípio da transferência de poderes, ou seja, transferência da soberania que detinha sobre o território de Moçambique e, no dia 25 de Junho de 1975, seria solenemente proclamada a independência total e completa de Moçambique, data que coincidiria,

propositadamente, com o aniversário da fundação da FRELIMO. (Januario, 2019, p. 7)

A fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) é uma marca crucial na história de Moçambique pois marca o início formal da luta pela independência do país colonialismo Português. A FRELIMO foi fundada em 25 de junho de 1962, resultado da união de vários movimentos nacionalistas Moçambicanos que haviam surgido nas décadas anteriores. Segundo Januario, (2019) o surgimento do nacionalista por parte dos Moçambicanos, união dos primeiros movimentos Políticos sendo UNAMI, UDENAMO e MANU, contribuíram numa forma estratégica para a criação do movimento único, que deu origem à FRELIMO no dia 25 de Junho de 1962. Depois da unificação das Forças da Frente de Libertação de Moçambique-FRELIMO, definiu-se como objetivo prioritário, a consolidação da Unidade Nacional como instrumento base para a organização e unificação de todos os Movimentos que se encontravam a soldos no território Moçambicano. Deste modo, o Eduardo Mondlane, que naquela época era um Professor Universitário nos Estados Unidos da América e funcionário das Nações Unidas, acabou se tornando o Principal Dirigente e mentor da FRELIMO, fundada como resultado da unificação dos Três Movimentos Nacionalistas.

2.3 A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Moçambique é um país localizado na região sudeste do continente africano, integrando a África Austral (Newitt, 1995). O território é banhado pelo Oceano Índico a leste e faz fronteira com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, África do Sul e Essuatíni, o que lhe confere uma posição geoestratégica relevante no contexto regional. Com uma extensão territorial de aproximadamente 799.380 km², o país apresenta uma diversidade geográfica composta por planícies costeiras, planaltos e áreas montanhosas no interior.

Do ponto de vista administrativo, Moçambique está organizado em províncias, tradicionalmente agrupadas em três grandes regiões - norte, centro e sul, distinção que possui relevância histórica, política e socioeconômica. Entre as principais províncias destacam-se Cabo Delgado, Nampula e Niassa (região norte); Zambézia, Tete, Manica e Sofala (região centro); e Gaza, Inhambane e Maputo (região sul), além da Cidade de Maputo, que possui estatuto administrativo especial.

Essa configuração territorial exerceu papel significativo no processo de luta pela independência, uma vez que as diferentes regiões do país apresentavam dinâmicas sociais, políticas e militares distintas. Em especial, as zonas do norte de Moçambique tornaram-se

foi chefiado por Filipe Samuel Magaia, o segundo, por Samora Moisés Machel e o terceiro, por António Silva. Os Combatentes, após o treinamento na Argélia, no seu regresso, estabeleceram os primeiros campos de treinos militares, em Bagamoyo, em 1963, e em Kongwa em 1964, a China enviou instrutores militares para estes campos. (Januario, 2019, p. 15).

Essa citação mostra um compromisso profundo da FRELIMO com seus objetivos estabelecidos no congresso. O envio dos primeiros grupos de guerrilheiros para treinamento militar em diversos países e a seguinte criação de campos de treinamento em Moçambique demonstram uma determinação inabalável em construir uma força militar capaz de alcançar seus objetivos. A colaboração com países como Argélia, China e outros indica uma estratégia internacional para fortalecer suas capacidades militares segundo a citação.

2.4 OBJETIVOS E IDEOLOGIAS DA FRELIMO

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi estabelecida em 1962 com o objetivo central de alcançar a independência de Moçambique por meio da luta contra o colonialismo português. Esse objetivo, no entanto, não se limitava à conquista da soberania política, mas implicava também a transformação das estruturas sociais, econômicas e culturais impostas pelo sistema colonial, marcadas pela exploração, pela exclusão e pela negação das identidades africanas.

A criação da FRELIMO resultou da unificação de diferentes movimentos nacionalistas moçambicanos, como a UDENAMO, a MANU e a UNAMI, que até então atuavam de forma fragmentada. Essa unificação representou um avanço estratégico na organização da luta de libertação, permitindo maior articulação política e coordenação militar. Segundo Januário (2019), o primeiro congresso da FRELIMO, realizado entre os dias 23 e 28 de setembro de 1962, em Dar es Salaam, consolidou o movimento como principal representante da luta anticolonial moçambicana, definindo a independência como objetivo prioritário e a luta armada como principal meio para alcançá-la.

A opção pela luta armada deve ser compreendida no contexto da rigidez do regime colonial português, que não admitia reformas políticas significativas. Conforme argumenta Mondlane (1969), a ausência de canais institucionais de participação levou os movimentos nacionalistas a adotarem formas mais radicais de resistência, baseadas na mobilização popular e no enfrentamento direto ao poder colonial.

Do ponto de vista ideológico, a FRELIMO estruturou-se a partir da articulação entre nacionalismo, socialismo e pan-africanismo, refletindo tendências comuns aos movimentos de

libertação africanos no contexto da descolonização. O nacionalismo desempenhava um papel fundamental na construção de uma identidade coletiva, capaz de superar as divisões étnicas e regionais aprofundadas pelo colonialismo. Para Newitt (1995), essa unidade nacional era essencial para garantir a coesão interna do movimento e fortalecer sua legitimidade política.

O socialismo, por sua vez, orientava o projeto de reorganização da sociedade moçambicana, propondo a superação das desigualdades estruturais e a construção de um modelo baseado na justiça social e na valorização do trabalho coletivo. De acordo com Isaacman e Isaacman (1983), essa orientação representava uma tentativa de romper com o modelo econômico dependente e excludente imposto pelo colonialismo, buscando afirmar um caminho próprio de desenvolvimento.

O pan-africanismo inseriu a luta moçambicana em um horizonte mais amplo de libertação do continente africano, reforçando a solidariedade entre os povos africanos e a cooperação entre movimentos nacionalistas. Nesse sentido, o apoio de países como a Tanzânia foi decisivo para o fortalecimento da FRELIMO. Conforme destaca Cahen (2019), essas redes de apoio foram fundamentais para a internacionalização da luta e para a consolidação do movimento no cenário político africano.

Entretanto, a análise da ideologia da FRELIMO exige também a consideração das dimensões mais profundas do colonialismo, especialmente aquelas relacionadas ao controle dos corpos, das subjetividades e das formas de existência. Nesse sentido, as reflexões de Mbembe (2017) contribuem para compreender o colonialismo não apenas como um sistema de dominação econômica e política, mas como um regime de poder que produz hierarquias raciais e define quem pode viver e quem pode morrer. A partir dessa perspectiva, a luta de libertação pode ser entendida como um processo de reapropriação da vida, da identidade e da autonomia dos povos colonizados.

Além disso, o contexto da Guerra Fria exerceu influência significativa sobre a orientação ideológica da FRELIMO. O apoio recebido de países socialistas, como a União Soviética e a China, contribuiu para o fortalecimento militar e político do movimento. No entanto, como observa Munslow (1983), essa inserção em um cenário de disputas globais também implicava desafios, uma vez que a luta moçambicana passava a ser influenciada por interesses geopolíticos externos.

É importante destacar que, apesar do discurso de unidade nacional, a FRELIMO enfrentou tensões internas ao longo de sua trajetória. Divergências ideológicas, disputas de liderança e diferenças regionais evidenciam que o movimento não era homogêneo. Essas contradições reforçam a compreensão de que a luta de libertação foi também um espaço de

negociação política e de construção de consensos, e não apenas de enfrentamento ao colonialismo.

Dessa forma, os objetivos e a ideologia da FRELIMO devem ser compreendidos como resultado de um processo histórico complexo, marcado pela interação entre fatores internos e externos. A luta pela independência de Moçambique não se limitou à expulsão do colonizador, mas buscou redefinir as bases da sociedade, afirmando um projeto político que articula soberania, justiça social e valorização das identidades africanas. Assim, a FRELIMO desempenhou um papel central não apenas na conquista da independência, mas também na construção do projeto de Estado moçambicano. Contudo, esse processo foi marcado por contradições e desafios, evidenciando que a independência deve ser compreendida como um processo em permanente construção.

2.5 A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E SEUS REFLEXOS EM MOÇAMBIQUE

A Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, em Portugal, constituiu um marco decisivo para a descolonização das colônias africanas. O movimento militar que depôs o regime salazarista, liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), trouxe novas perspectivas para Moçambique. Segundo Maxwell (1995), o MFA rompeu com a política colonialista tradicional ao reconhecer que a guerra em África estava perdida e que a manutenção das colônias era insustentável política, militar e economicamente.

Em Moçambique, os efeitos foram imediatos. A FRELIMO, que já se encontrava consolidada militar e politicamente, aproveitou-se da conjuntura favorável para intensificar a pressão diplomática e militar sobre Portugal. De acordo com Cahen (2019), a combinação da luta armada em Moçambique e da instabilidade política em Portugal acelerou as negociações que culminaram nos Acordos de Lusaka, em setembro de 1974.

Neste sentido, a Revolução dos Cravos não apenas abriu caminho para a independência formal, mas também colocou em evidência a centralidade da luta de libertação moçambicana no quadro da política internacional. Como nota Newitt (1995), a transição em Portugal foi marcada pela necessidade de reposicionar o país em relação às suas ex-colônias, reconhecendo, pela primeira vez, o direito de autodeterminação dos povos africanos.

A Revolução dos Cravos deve ser compreendida não apenas como um evento interno da política portuguesa, mas como parte de um processo histórico mais amplo, relacionado ao esgotamento dos impérios coloniais europeus no pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, Portugal figurava como uma das últimas potências coloniais a resistir à descolonização,

mantendo guerras prolongadas em territórios africanos como Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Conforme argumenta Maxwell (1995), a prolongação dessas guerras contribuiu para o desgaste das Forças Armadas portuguesas, criando as condições internas para a eclosão do movimento revolucionário.

Do ponto de vista político, a revolução representou a ruptura com décadas de autoritarismo, abrindo espaço para a redefinição das relações entre Portugal e suas colônias. Esse processo implicou não apenas mudanças institucionais, mas também uma reconfiguração das prioridades estratégicas do Estado português, que passou a reconhecer a inviabilidade da manutenção do império colonial. Tal mudança foi determinante para acelerar os processos de independência nos territórios africanos.

No caso de Moçambique, a nova conjuntura política em Portugal criou condições favoráveis para a negociação direta com a FRELIMO, reconhecida como legítima representante do povo moçambicano. Os Acordos de Lusaka, assinados em setembro de 1974, formalizaram esse reconhecimento e estabeleceram as bases para a transferência de poder, culminando na independência proclamada em 25 de junho de 1975. Segundo Cahen (2019), esse processo evidenciou a importância da articulação entre a luta interna e as transformações no cenário internacional.

Além disso, a análise desse período revela que a independência de Moçambique foi resultado de uma convergência de fatores, incluindo a resistência armada conduzida pela FRELIMO, o apoio internacional e a crise política interna em Portugal. Como observa Newitt (1995), a descolonização portuguesa não pode ser entendida apenas como uma concessão metropolitana, mas como uma resposta a pressões acumuladas ao longo de anos de confronto militar e político.

Sob uma perspectiva crítica, as reflexões de Mbembe (2017) permitem interpretar esse processo como parte de uma reconfiguração das formas de poder no contexto pós-colonial. Para Mbembe, o fim formal do colonialismo não implica necessariamente o desaparecimento das estruturas de dominação, que tendem a se reorganizar sob novas formas, muitas vezes reproduzindo desigualdades herdadas.

Nesse mesmo sentido, a contribuição de Dahl (1989) permite aprofundar a análise ao considerar que processos de transição política como o caso português envolvem a redefinição das relações de poder e a ampliação das possibilidades de participação política. Para Dahl, a democratização não ocorre de forma automática, mas depende de condições institucionais e da inclusão progressiva de diferentes grupos sociais no sistema político. Aplicando essa perspectiva ao caso moçambicano, observa-se que a independência abriu espaço para a

construção de um novo Estado, mas não garantiu, de imediato, a consolidação de práticas democráticas amplas.

Ademais, a Revolução dos Cravos teve impactos diferenciados nos diversos territórios africanos sob domínio português, revelando a complexidade do processo de descolonização. Em Moçambique, a relativa organização da FRELIMO e sua consolidação como força política dominante facilitaram a transição para a independência. No entanto, como apontam Isaacman e Isaacman (1983), os desafios do período pós-independência evidenciaram que a ruptura com o colonialismo não eliminou automaticamente as desigualdades sociais e as fragilidades econômicas herdadas.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão simbólica da independência. A ruptura com o colonialismo implicou também a necessidade de construção de uma nova identidade nacional, baseada na valorização das culturas locais e na afirmação de uma memória histórica própria. Nesse processo, a luta de libertação desempenhou um papel central como elemento de coesão e legitimação política.

Dessa forma, os reflexos da Revolução dos Cravos em Moçambique devem ser analisados a partir de uma perspectiva que articule fatores internos e externos, reconhecendo que a independência resultou de um processo histórico complexo. A revolução em Portugal foi, sem dúvida, um catalisador decisivo, mas seu impacto só pode ser plenamente compreendido quando articulado à longa trajetória de resistência e luta conduzida pelo povo moçambicano.

Assim, a Revolução dos Cravos desempenhou um papel fundamental na aceleração do processo de independência de Moçambique, ao mesmo tempo em que evidenciou as interconexões entre dinâmicas locais e globais. A independência, nesse sentido, não foi um evento isolado, mas o resultado de múltiplas forças históricas que convergiram para a construção de um novo cenário político, ainda marcado por desafios estruturais e pela necessidade contínua de consolidação institucional e política.

2.6 A TRANSIÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA (1974-1975)

A assinatura dos Acordos de Lusaka, em 7 de setembro de 1974, entre representantes da FRELIMO e do governo português, representou o início oficial do processo de transferência de poder em Moçambique. O acordo previa o reconhecimento da FRELIMO como legítima representante do povo moçambicano e estabelecia um governo de transição até a proclamação da independência (Henriques, 2011).

Durante este período de transição, emergiram grandes desafios políticos e sociais. Um

deles foi a necessidade de integrar diferentes setores da sociedade moçambicana num projeto nacional unificado, num cenário em que ainda existiam rivalidades internas e resistências ao poder da FRELIMO (Cahen, 2019). Outro desafio foi o êxodo de colonos portugueses, que abandonaram abruptamente o país, deixando lacunas significativas no setor administrativo, na economia e na prestação de serviços básicos.

Segundo Macamo (2016), o período entre setembro de 1974 e junho de 1975 foi de intensas negociações e tensões, mas também de construção simbólica da identidade nacional. O discurso da unidade e da libertação se consolidou como elemento central do projeto político da FRELIMO, ao mesmo tempo que se definia um novo modelo de Estado independente, baseado em princípios socialistas e de mobilização popular.

A independência Moçambicana é marcada por inúmeros desafios pós-independência e heranças coloniais. A proclamação em 25 de junho de 1975, foi celebrada como vitória histórica do povo moçambicano. No entanto, o pós-independência trouxe desafios complexos. Segundo Newitt (2002), Moçambique herdou um país devastado pelo colonialismo: uma economia dependente, estruturas administrativas frágeis e profundas desigualdades sociais e regionais.

A FRELIMO, agora transformada em partido governante, buscou implementar um projeto socialista inspirado em modelos marxista-leninistas, priorizando a centralização do Estado, a coletivização da agricultura e a expansão da educação e da saúde pública (Isaacman; Isaacman, 1983). Contudo, a herança de séculos de exploração colonial, somada ao início da guerra civil em 1977, dificultou a consolidação dos ideais de desenvolvimento nacional.

De acordo com Pitcher (2002), a tentativa de modernizar rapidamente a economia moçambicana esbarrou em limitações estruturais, agravadas pelo boicote de setores ligados ao antigo regime colonial e pela intervenção externa em apoio à RENAMO. Apesar disso, o período pós-independência foi marcado por importantes avanços sociais, sobretudo na alfabetização e no acesso à saúde, como destacam Hanlon (1990) e Nhachungue (2012).

Assim, a independência de Moçambique não pode ser compreendida apenas como o fim do domínio português, mas como o início de um novo ciclo de lutas internas e externas, em que a construção da soberania nacional passou a depender tanto da superação das heranças coloniais quanto da capacidade de enfrentar novos desafios no campo político, econômico e social.

2.7 O PAPEL DAS MULHERES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO

A participação das mulheres na luta de libertação em Moçambique foi fundamental,

tanto no campo militar como nas esferas social e política. Desde os primeiros anos da FRELIMO, mulheres engajaram-se em diferentes frentes, seja como combatentes, enfermeiras, educadoras ou organizadoras comunitárias. Segundo Sheldon (2002), a mobilização feminina dentro do movimento representou uma ruptura significativa com o papel tradicionalmente reservado às mulheres na sociedade moçambicana, pois elas passaram a assumir funções que anteriormente eram exclusivas dos homens.

O movimento não apenas permitiu, mas incentivou a inserção das mulheres. A criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), em 1973, formalizou a presença das mulheres dentro da estrutura política da FRELIMO, tornando-se um espaço de luta pela igualdade de gênero dentro da própria revolução (Arnevik, 2015). Esse processo também dialogava com o discurso socialista da FRELIMO, que defendia a emancipação da mulher como parte integrante da libertação nacional.

De acordo com Nhachungue (2012), as mulheres desempenharam papel estratégico nas chamadas “zonas libertadas”, participando da alfabetização, da produção agrícola e da logística da guerrilha. Essa contribuição não apenas fortaleceu a capacidade do movimento, mas também ampliou a consciência social acerca do papel das mulheres no futuro do país independente. Contudo, como destaca Casimiro (2004), após a independência, muitos dos avanços conquistados foram limitados, e as mulheres continuam enfrentando barreiras estruturais para a plena participação política e econômica.

Por outra luta de libertação moçambicana foi, em grande medida, uma luta camponesa. A base social da FRELIMO era composta majoritariamente por camponeses das zonas rurais do Norte e do centro do país, regiões que sofreram de forma mais intensa os impactos do colonialismo português, especialmente pelo regime do trabalho forçado e pela exploração agrícola (Isaacman; Isaacman, 1980).

Segundo Geffray (1990), os camponeses não foram apenas base de recrutamento, mas constituíram a espinha dorsal da resistência, fornecendo alimentos, abrigo e apoio logístico aos guerrilheiros. A mobilização camponesa também significou a construção de novas formas de organização comunitária nas zonas libertadas, onde práticas como assembleias populares, escolas comunitárias e cooperativas agrícolas foram introduzidas.

No entanto, o movimento também buscou articular alianças com setores operários urbanos. Embora numericamente menos expressivo que o campesinato, o operariado, especialmente nos centros industriais como Lourenço Marques (atual Maputo) e Beira, teve papel importante na mobilização política e na resistência contra o colonialismo. Para Pitcher (2002), essa dupla inserção camponesa e operária foi essencial para que a FRELIMO se

consolidasse como um movimento nacional, ainda que houvesse desequilíbrios no grau de participação de cada grupo.

Essa participação de massas conferiu ao movimento caráter popular, reforçando o discurso da unidade nacional. Como observa Mondlane (1995), sem o apoio direto das populações rurais, a guerrilha não teria sobrevivido aos primeiros anos da luta, o que demonstra o papel decisivo do campesinato na construção da independência.

Apesar de apresentar-se como movimento unificado, a FRELIMO enfrentou diversas tensões internas e conflitos ideológicos ao longo do processo de libertação. Essas disputas estavam relacionadas tanto a divergências políticas e estratégicas quanto a rivalidades étnicas e regionais.

Segundo Cahen (1987), havia dentro da FRELIMO correntes distintas: uma mais próxima de ideais socialistas marxista-leninistas, defendida por lideranças como Samora Machel e Marcelino dos Santos; outra, mais moderada, representada por setores nacionalistas tradicionais. A morte de Eduardo Mondlane, em 1969, agravou esses conflitos, levando a uma disputa intensa pela sucessão na liderança do movimento.

Além disso, o colonialismo português explorou tais divisões para tentar enfraquecer a coesão do movimento. Newitt (1995) explica que o regime português investiu em estratégias de contra insurgência que buscavam explorar divisões étnicas, principalmente entre os grupos do norte e do sul, e tensões religiosas entre muçulmanos e cristãos.

Apesar dessas tensões, a FRELIMO conseguiu manter relativa unidade, sobretudo após a ascensão de Samora Machel à liderança. Como observa Hall e Young (1997), Machel conseguiu consolidar o poder interno e alinhar o movimento com uma agenda mais claramente socialista, transformando a diversidade interna em uma força, ainda que à custa de processos autoritários de centralização do poder.

Esses conflitos internos são fundamentais para compreender não apenas a luta de libertação, mas também as dificuldades enfrentadas no pós-independência, quando disputas ideológicas e políticas dentro da FRELIMO influenciaram o rumo do novo Estado moçambicano.

2.8 AS CONDIÇÕES DE MOÇAMBIQUE: DA INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA À CONTEMPORANEIDADE

A análise das condições contemporâneas de Moçambique exige compreender o país como um espaço de continuidade histórica entre o colonialismo, o processo de libertação e o

período pós-independência. Desde 1975, Moçambique vem enfrentando o desafio de construir um Estado soberano sobre bases profundamente marcadas pelas estruturas coloniais. O país herdou uma economia dependente, um sistema administrativo centralizado e uma sociedade socialmente fragmentada. Como observa Newitt (1995), a herança portuguesa não consistiu apenas em fronteiras políticas, mas sobretudo em um modelo de dominação que moldou as formas de poder e de produção até o presente.

Compreender o Moçambique contemporâneo implica reconhecer que a independência política, conquistada após uma década de luta armada, não eliminou as formas de subordinação estruturais herdadas do colonialismo. Ao contrário, muitas delas foram reconfiguradas em novas dinâmicas econômicas, políticas e epistemológicas. Isaacman e Isaacman (1983) argumentam que o colonialismo português deixou como legado uma economia de enclave, voltada para a exportação de matérias-primas e dependente de fluxos externos de capital, o que impediu o desenvolvimento de um mercado interno robusto. Essa herança se projetou para o pós-independência, limitando a autonomia do Estado e condicionando suas políticas de desenvolvimento.

O processo de descolonização moçambicano, embora tenha significado uma vitória histórica da luta popular, ocorreu em um contexto internacional desfavorável, marcado pela Guerra Fria e pela crescente penetração de interesses estrangeiros na África. Como sublinha Cahen (2015), Moçambique nasce independente em um momento em que o socialismo africano, embora politicamente mobilizador, já enfrentava fortes resistências das potências ocidentais e contradições internas em sua implementação. O novo Estado, liderado pela FRELIMO, buscou construir uma sociedade de base socialista, orientada pela igualdade e pela centralização administrativa, mas enfrentou logo de início os limites materiais de um país que havia sido deliberadamente empobrecido e mantido à margem dos processos globais de modernização.

Essa tensão entre o ideal de emancipação e a realidade da dependência tornou-se um dos traços mais persistentes da história moçambicana recente. A independência, como adverte Cabral (1974), não é um ponto de chegada, mas uma etapa em um processo contínuo de libertação, que precisa envolver também a descolonização da economia, da cultura e da consciência. Em Moçambique, entretanto, a descolonização mental e estrutural esbarrou na permanência de práticas administrativas herdadas do modelo colonial, nas quais o poder político se manteve excessivamente centralizado e distante das comunidades locais. Esse modelo de Estado, pensado para controlar em vez de emancipar, ainda hoje condiciona o funcionamento das instituições públicas.

Ao mesmo tempo, as desigualdades regionais acentuadas durante o período colonial,

quando o sul era privilegiado em relação ao norte e ao centro, continuaram a marcar o desenvolvimento pós-independência. Newitt (2017) demonstra que a concentração de investimentos em Maputo e na região sul criou um desequilíbrio histórico que persiste, gerando tensões políticas e sociais. Essas disparidades refletem não apenas a lógica colonial, mas também a dificuldade do Estado moçambicano em construir um projeto de integração nacional que contemple as especificidades regionais e culturais do país.

A herança colonial também se manifesta nas formas de saber e de poder. O sociólogo moçambicano Macamo (2016) propõe que o desenvolvimento contemporâneo de Moçambique só pode ser compreendido à luz do que ele chama de imaginação geográfica do colonizador, um modo de pensar o território africano como espaço de experimentação externa e de intervenção tutelar. Mesmo após a independência, essa lógica permanece presente em muitos discursos e práticas políticas, que tratam o país como laboratório de políticas globais de desenvolvimento impostas por organismos internacionais. Assim, a libertação política não foi acompanhada de uma libertação epistemológica: as categorias coloniais de progresso, modernidade e civilização ainda moldam o pensamento político e o planejamento econômico.

O resultado é o que Mbembe (2017) denomina “persistência do colonialismo na era pós-colonial”. Para o autor, a independência formal não extingue o poder colonial; ela apenas o transforma, deslocando-o para novas esferas econômicas, simbólicas e cognitivas. Em Moçambique, essa persistência se evidencia na dependência financeira externa, nas desigualdades de classe e de gênero, e nas narrativas oficiais que tendem a simplificar a complexidade histórica do país em nome da unidade nacional. A memória da luta de libertação, embora gloriosa, muitas vezes serve como instrumento de legitimação do poder político, em vez de ser espaço de crítica e reinvenção coletiva.

No entanto, essa continuidade do passado não implica passividade. Ao longo das últimas décadas, Moçambique tem mostrado uma notável capacidade de resiliência e reinvenção. Movimentos sociais, organizações juvenis, iniciativas culturais e intelectuais vêm desafiando o discurso dominante e propondo novas leituras da história nacional. Essas forças emergentes buscam atualizar o sentido da independência, transformando-a de um evento histórico em um projeto permanente de emancipação. Como observa Santos (2000), descolonizar o presente significa “reconstruir a experiência humana a partir dos saberes e das memórias que o colonialismo tentou suprimir”.

Dessa forma, analisar as condições de Moçambique da independência à contemporaneidade significa compreender um processo em permanente disputa: entre emancipação e dependência, entre memória e poder, entre o sonho de unidade e as realidades

de fragmentação social. O país permanece como um espaço de tensão criativa entre o passado colonial e o futuro que busca construir um futuro em que a soberania política possa finalmente traduzir-se em soberania econômica, cultural e epistêmica. Moçambique, portanto, é mais do que uma nação pós-colonial: é um território de experiências históricas em que o ato de se libertar continua sendo o desafio e o horizonte do presente.

2.9 O LEGADO COLONIAL E AS BASES DO ESTADO PÓS-INDEPENDENTE

A independência política de Moçambique, proclamada em 25 de junho de 1975, não significou a ruptura total com o passado colonial. O novo Estado nascia, simultaneamente, como vitória popular e como herdeiro de uma estrutura institucional forjada durante séculos de dominação portuguesa. Segundo Davidson (1992), a descolonização africana foi marcada por um paradoxo: os novos governos libertaram os territórios, mas herdaram as formas administrativas, os aparelhos de Estado e a lógica de poder que haviam sustentado o colonialismo. Moçambique foi um exemplo emblemático dessa ambiguidade histórica.

A administração colonial portuguesa havia construído um modelo de Estado baseado na centralização absoluta do poder e na dependência direta da metrópole. Newitt (2017) destaca que o governo colonial não visava formar uma elite política africana capaz de autogerir o território, mas sim criar uma burocracia submissa, treinada para obedecer. Assim, quando a FRELIMO assumiu o poder, encontrou um país sem quadros técnicos suficientes, sem infraestrutura funcional e com um sistema econômico voltado quase exclusivamente à exportação de matérias-primas.

Essa herança moldou profundamente as bases do Estado independente. Para Fanon (1968), esse fenômeno era comum em muitos países africanos recém-libertados: a “burguesia nacional” emergente reproduzia o modelo de dominação anterior, substituindo o colonizador europeu, mas mantendo intactas as estruturas coloniais. Em Moçambique, esse diagnóstico se materializou na dificuldade de descentralizar o poder e de criar instituições realmente participativas. A lógica vertical de comando herdada do Estado colonial sobreviveu sob a forma de um socialismo centralizador.

No plano econômico, a herança colonial impôs restrições severas. Isaacman (1983) argumenta que o colonialismo português estruturou uma economia dependente e desigual: as zonas rurais do norte e centro foram mantidas como áreas de produção agrícola forçada, enquanto o sul concentrava o comércio e a administração. Após a independência, essas desigualdades regionais persistiram, e a tentativa de construção de uma economia planificada

esbarrou na falta de infraestrutura e na fuga de capitais humanos. Ki-Zerbo (2006) lembra que a independência política só é efetiva quando acompanhada de uma independência mental e econômica; do contrário, o país permanece subordinado a novas formas de dependência estrutural.

Do ponto de vista político, a FRELIMO tentou transformar o Estado colonial em instrumento de libertação nacional. Sob a liderança de Samora Machel, buscou-se construir um “Estado do povo”, fundamentado na mobilização popular, na alfabetização em massa e na coletivização agrícola. Entretanto, como observa Cahen (2015), o projeto socialista moçambicano nasceu sob o peso da herança autoritária portuguesa e sob a pressão de uma conjuntura internacional adversa. A centralização política justificada como necessidade revolucionária acabou por reproduzir práticas de exclusão e controle herdadas do aparelho colonial.

O desafio da reconstrução institucional também tinha uma dimensão cultural. O colonialismo português havia promovido uma profunda alienação cultural, desvalorizando as línguas e tradições africanas em nome de uma “civilização lusitana”. Ngũgĩ wa Thiong’o (2009) interpreta esse processo como colonização da mente — a imposição de uma linguagem e de uma epistemologia estrangeira que marginalizam o saber local. A FRELIMO tentou responder a essa herança com políticas de valorização da cultura nacional e de unificação linguística, mas o predomínio do português como língua oficial manteve viva a hierarquia simbólica colonial.

Nesse sentido, Nyerere (1974) advertia que a libertação africana não deveria apenas criar Estados independentes, mas sociedades capazes de se pensar por si mesmas. Essa advertência continua atual em Moçambique, onde a estrutura administrativa, o sistema educacional e os paradigmas de desenvolvimento permanecem amplamente moldados por referências externas. O Estado pós-independente, embora africano em sua legitimidade histórica, ainda carrega traços de uma racionalidade colonial que define o que é “moderno”, “desenvolvido” e “civilizado”.

Macamo (2016) acrescenta que o projeto de Estado moçambicano foi concebido sob o signo da urgência: era necessário garantir unidade nacional e reconstrução econômica ao mesmo tempo. Essa urgência levou à criação de um modelo institucional pouco flexível, em que o Estado assumiu funções totalizantes. O resultado foi uma administração forte, mas socialmente distante, incapaz de traduzir plenamente as aspirações populares que haviam sustentado a luta armada.

Mbembe (2001) chama esse tipo de estrutura de “pós-colonial”: uma forma de poder em que o passado colonial é simultaneamente negado e reproduzido. Em Moçambique, essa

contradição manifesta-se na coexistência entre o discurso da revolução e a prática burocrática herdada, entre a retórica da soberania e a dependência financeira externa. Assim, o Estado moçambicano pós-1975 se consolidou como resultado de um processo de libertação incompleto, uma independência que avançou politicamente, mas permaneceu condicionada por fundamentos coloniais.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a construção de um Estado nacional em um território com grande diversidade étnica, linguística e cultural foi uma tarefa monumental. Como observa Davidson (1992), o colonialismo havia deixado como legado fronteiras artificiais e identidades fragmentadas. A FRELIMO teve de criar, praticamente do zero, uma ideia de nação que unisse povos de origens e culturas diversas. Essa dimensão simbólica foi talvez uma das maiores conquistas do pós-independência: a consolidação de uma identidade moçambicana que, apesar de suas contradições, se reconhece como resultado de uma luta coletiva.

Ademais, é importante lembrar que o legado colonial não é apenas um fardo, mas também um campo de disputa e reinterpretação. A geração pós-independência vem revisitando criticamente o passado, buscando formas de descolonizar o Estado e as instituições. A redemocratização de 1990, a expansão da educação e o crescimento das universidades moçambicanas abriram novos espaços para reflexão e crítica. Essa reconstrução histórica mostra que, embora as bases coloniais ainda estejam presentes, Moçambique continua a reescrever o sentido de sua soberania agora a partir de suas próprias vozes, memórias e epistemologias.

2.10 A GUERRA CIVIL E A DEVASTAÇÃO DA DÉCADA DE 1980

A década de 1980 representou um dos períodos mais trágicos e complexos da história contemporânea de Moçambique. Logo após a conquista da independência, o país mergulhou em uma guerra civil devastadora, que durou de 1977 a 1992 e opôs o governo da FRELIMO à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Esse conflito não pode ser entendido apenas como um confronto interno, mas como resultado de múltiplas dinâmicas históricas: as heranças coloniais, as tensões ideológicas da Guerra Fria, as desigualdades regionais e os processos de marginalização social herdados do período colonial.

Segundo Chabal (1998), os conflitos pós-coloniais africanos não podem ser lidos apenas como expressões de caos ou irracionalidade política, mas como manifestações da crise de construção do Estado pós-independência. Em Moçambique, essa crise foi intensificada pela

incapacidade do Estado de integrar plenamente as populações rurais ao projeto nacional. A FRELIMO, embora guiada por ideais revolucionários, reproduziu estruturas de comando centralizadas, herdeiras do aparelho colonial, o que gerou distanciamento entre as elites políticas e o campesinato, base social da luta de libertação.

Para Newitt (2017), a guerra civil moçambicana foi, em parte, consequência dessa fratura. A RENAMO explorou o descontentamento popular em regiões negligenciadas e instrumentalizou o ressentimento de comunidades rurais que se sentiam excluídas do projeto socialista. O conflito assumiu, assim, um caráter ambíguo: ideológico em sua superfície, mas profundamente enraizado em desigualdades históricas. Richards (1996) define esse tipo de guerra como “guerra social”, isto é, uma expressão de fraturas internas, em que o campo de batalha se torna também um espaço de disputa por reconhecimento e pertencimento.

A dimensão internacional do conflito foi igualmente determinante. A Guerra Fria transformou Moçambique em palco de disputa entre blocos opostos. Portugal, após a Revolução dos Cravos, abandonara suas colônias, mas África Austral permanecia sob intensa influência das potências ocidentais e do regime do apartheid sul-africano. Cahen (2015) recorda que a RENAMO recebeu apoio direto da Rodésia e da África do Sul, interessadas em enfraquecer os novos Estados africanos de orientação socialista. Ao mesmo tempo, a FRELIMO buscava sustentação na solidariedade internacionalista de países como Tanzânia, URSS, China e Cuba, o que ampliou o caráter geopolítico do conflito.

No entanto, reduzir a guerra a uma mera “guerra por procuração” seria simplificar sua complexidade. Iliffe (2007) propõe uma leitura mais ampla, ao afirmar que os conflitos africanos pós-coloniais revelam uma tensão entre o Estado moderno, introduzido pela colonização, e as formas tradicionais de poder e autoridade. Em Moçambique, essa tensão se expressou na disputa entre o modelo de Estado centralizado e as práticas locais de governança comunitária, que haviam sido enfraquecidas pelo colonialismo e ignoradas pelo socialismo revolucionário.

O impacto humano da guerra foi imensurável. Estima-se que mais de um milhão de pessoas tenham morrido e que quatro milhões tenham sido deslocadas. A devastação atingiu não apenas a infraestrutura econômica, mas também o tecido social. As escolas, hospitais e estradas foram destruídos; as redes de solidariedade comunitária, desfeitas; e a fome se espalhou por diversas províncias. Oloruntimehin (1998) destaca que a guerra moçambicana exemplifica o que ele chama de “subdesenvolvimento induzido pelo conflito”: um processo em que a destruição de meios de vida perpetua o ciclo de pobreza e dependência, mesmo após o término das hostilidades.

Para Ranger (1983), o conflito em Moçambique também deve ser compreendido como uma disputa pela memória e pela legitimidade da libertação. Enquanto a FRELIMO reivindicava o monopólio da narrativa revolucionária, a RENAMO se apresentava como defensora das tradições e identidades locais oprimidas pelo Estado central. Essa dimensão simbólica da guerra revela que o enfrentamento ultrapassava o campo militar: tratava-se de uma luta pelo significado do próprio projeto nacional.

A guerra civil teve ainda efeitos profundos sobre a identidade camponesa e as formas de organização rural. Richards (1996) observa que, em contextos de conflito prolongado, as comunidades desenvolvem mecanismos próprios de sobrevivência e autodefesa. Em Moçambique, surgiram redes locais de cooperação, práticas de mobilidade e estratégias de reconstrução social que, mesmo sob extrema violência, mantiveram viva a capacidade de resistência do povo. Essa resiliência, posteriormente, foi essencial para a reconstrução do país após o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma em 1992.

Adedeji (1999) argumenta que a paz em Moçambique não resultou apenas da exaustão militar, mas de uma convergência entre pressões internas e externas. O fim da Guerra Fria e o colapso dos regimes socialistas alteraram o cenário global, e as potências passaram a apoiar processos de reconciliação nacional. O Acordo de Roma, mediado pela Comunidade de Santo Egídio e pela ONU, simbolizou um novo capítulo: o da reconstrução sob os princípios do pluralismo político e da economia de mercado. No entanto, como observa Ndikumana (2015), a transição para a paz veio acompanhada da imposição de políticas neoliberais que, embora estabilizassem a macroeconomia, aprofundaram as desigualdades sociais e regionais.

A guerra civil também deixou marcas profundas na subjetividade coletiva. Macamo (2016) descreve esse período como um “trauma nacional”, cuja superação exige mais do que reconstrução material requer a reconfiguração da memória e da confiança social. Nesse sentido, a paz não significou o fim do conflito, mas sua transformação: as armas foram silenciadas, mas as feridas históricas pobreza, exclusão e centralização política permaneceram abertas.

Por outro lado, o pós-guerra revelou a vitalidade da sociedade moçambicana. As comunidades rurais, principais vítimas do conflito, tornaram-se também protagonistas da reconstrução. Projetos de reconciliação local, programas de alfabetização e iniciativas de economia comunitária foram impulsionados por organizações civis e religiosas. Noel Moyo (2010) ressalta que o processo de paz em Moçambique destacou o papel das igrejas e das associações de base como mediadoras culturais, promovendo diálogo e reconstrução simbólica em espaços onde o Estado era ausente.

Assim, a guerra civil moçambicana não pode ser compreendida apenas como um

capítulo sombrio da história nacional, mas como um ponto de inflexão que redefiniu o próprio significado de soberania e cidadania. O conflito revelou os limites do Estado pós-colonial, expôs as fragilidades do projeto socialista e impôs a necessidade de repensar o desenvolvimento a partir das realidades locais. Como sintetiza Chabal (1998), “a guerra em Moçambique não destruiu a nação; ela obrigou a repensá-la”.

Em última análise, a devastação da década de 1980 consolidou a consciência de que a independência, para ser plena, precisava ir além da conquista territorial — deveria traduzir-se em justiça social, equidade regional e participação cidadã. Essa percepção abriu caminho para a etapa seguinte da história moçambicana: a reconstrução nacional e a difícil busca por um modelo de desenvolvimento que fosse, ao mesmo tempo, autônomo, inclusivo e verdadeiramente africano.

2.11 AS REFORMAS NEOLIBERAIS E O RETORNO À DEPENDÊNCIA

Com o fim da guerra civil em 1992 e a assinatura do Acordo Geral de Paz, Moçambique ingressou em uma nova etapa de sua história: a da reconstrução nacional sob a hegemonia do neoliberalismo. O país emergia de 15 anos de conflito com a economia em ruínas, o tecido social devastado e uma dependência crescente da ajuda externa. Nesse contexto, as instituições financeiras internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, tornaram-se os principais orientadores das políticas econômicas moçambicanas, introduzindo o receituário neoliberal como condição para o financiamento da reconstrução.

Samir Amin (1997) identifica esse processo como parte do que chamou de nova dependência periférica: um modelo em que as economias africanas, mesmo após a independência, continuaram subordinadas aos centros capitalistas globais, por meio de mecanismos financeiros e comerciais. Em Moçambique, essa nova forma de dominação se expressou na imposição de programas de ajustamento estrutural (PAE), que exigiam cortes nos gastos públicos, privatizações em larga escala e abertura irrestrita ao capital estrangeiro.

Segundo Ake (1996), tais políticas foram apresentadas como soluções técnicas para a crise econômica, mas na realidade reforçaram a vulnerabilidade estrutural das economias africanas. O desmonte das empresas estatais, a redução dos investimentos sociais e a liberalização do mercado interno minaram as bases de um desenvolvimento autônomo, substituindo a solidariedade política do socialismo pelo individualismo competitivo do capitalismo global. Em Moçambique, essa transição resultou em um rápido crescimento do setor privado, mas também em aumento das desigualdades e concentração de renda.

Mkandawire (2001) observa que a década de 1990 representou, para a África, um período de reversão do Estado desenvolvimentista. As políticas neoliberais transformaram o Estado de promotor do bem-estar social em mero regulador do mercado. Em Moçambique, a FRELIMO, ao adotar as reformas sugeridas pelo FMI, passou de um partido de orientação socialista para um ator adaptado à lógica de mercado. Essa reorientação ideológica, embora pragmática, enfraqueceu os compromissos históricos com a justiça social e abriu espaço para o surgimento de uma nova elite econômico-política, beneficiada pelo processo de privatizações.

A partir de meados da década de 1990, Moçambique começou a registrar taxas de crescimento econômico significativas, o que levou o país a ser citado em relatórios internacionais como um “caso de sucesso africano” (Stiglitz, 2002). No entanto, esse crescimento foi desigual e concentrado em setores intensivos em capital, como mineração, energia e infraestrutura — sem gerar redistribuição efetiva da riqueza. Sen (1999) adverte que o desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), mas pela ampliação das liberdades substantivas: educação, saúde, segurança alimentar e participação política. Sob essa ótica, o chamado “milagre econômico moçambicano” revelou-se, na verdade, uma modernização excludente.

Furtado (2000) contribui para essa análise ao destacar que o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória, mas um modo de integração subordinada ao capitalismo mundial. Moçambique, mesmo após a independência, continuou a desempenhar o papel de exportador de matérias-primas e importador de produtos industrializados, a mesma lógica imposta pelo colonialismo. Essa dependência foi agravada pela dívida externa crescente e pela vulnerabilidade às flutuações dos preços internacionais.

O impacto social dessas reformas foi profundo. A liberalização econômica reduziu drasticamente os investimentos públicos em educação e saúde, ampliando a pobreza rural. Segundo Amin (1997), a promessa de eficiência do mercado resultou, na prática, em recolonização econômica: as decisões sobre o futuro do país passaram a ser tomadas em Washington, e não em Maputo. Esse fenômeno foi descrito por Santos (2010) como colonialismo financeiro, em que a soberania dos Estados periféricos é corroída por mecanismos de controle econômico e epistemológico.

Do ponto de vista político, as reformas neoliberais também alteraram a natureza do Estado moçambicano. O discurso da descentralização, promovido pelos doadores internacionais, conviveu com uma estrutura de poder cada vez mais concentrada nas elites partidárias e empresariais. Mbembe (2019) observa que, em muitos contextos africanos, o neoliberalismo produziu uma nova forma de necropolítica econômica, em que o valor da vida

é medido pela capacidade de inserção no mercado. No caso moçambicano, isso se traduziu na exclusão de vastas parcelas da população rural, que permanecem à margem dos benefícios do crescimento econômico.

Por outro lado, o período neoliberal também produziu novas formas de resistência e criatividade social. As comunidades locais, organizações civis e movimentos juvenis começaram a questionar o modelo de desenvolvimento imposto de fora, reivindicando políticas públicas baseadas nas necessidades locais. Mkandawire (2011) ressalta que a recuperação da agência africana passa pela reconstrução de um Estado capaz de dialogar com sua sociedade, e não apenas com as instituições financeiras internacionais.

Em termos epistemológicos, a crítica à dependência neoliberal também exige, como propõe Amin (2011), uma desconexão estratégica: repensar o desenvolvimento a partir de paradigmas endógenos e solidários, inspirados nas experiências africanas de economia comunitária e nos valores tradicionais de interdependência. Essa perspectiva encontra eco em autores como Thiong'o (2009) e Adedeji (1999), que defendem uma “segunda libertação” africana — não mais apenas política, mas econômica e cognitiva.

Assim, as reformas neoliberais em Moçambique, longe de consolidarem a independência conquistada em 1975, reintroduziram novas formas de dependência. A economia cresceu, mas as desigualdades se aprofundaram; o Estado se modernizou administrativamente, mas perdeu parte de sua soberania; e a cidadania expandiu-se formalmente, mas limitou-se na prática. O desafio contemporâneo, portanto, é o de transformar o crescimento em desenvolvimento e a integração global em autonomia nacional.

Como sintetiza Amin (1997, p. 56), “a independência não se completa enquanto o destino econômico de um povo for decidido fora de suas fronteiras”. Em Moçambique, essa advertência permanece atual: a verdadeira libertação continua a depender da capacidade de reinventar um modelo de desenvolvimento que não repita a lógica colonial sob novas vestes — o desafio de construir uma economia soberana, justa e solidária, ancorada nas experiências históricas e culturais do próprio povo moçambicano.

2.12 CULTURA, MEMÓRIA E REINTERPRETAÇÃO DA LIBERTAÇÃO

A luta pela independência de Moçambique foi, desde o início, não apenas uma batalha política e militar, mas uma profunda disputa simbólica. Libertar o território significava também libertar o imaginário, as narrativas e as formas de ser e de conhecer. Nesse sentido, a cultura desempenhou papel central na consolidação do projeto nacional e continua, até hoje, a ser

campo de disputa e reinvenção da soberania moçambicana.

Thiong'o (2009) afirma que a colonização não começa com as armas, mas com a colonização da mente, isto é, com a substituição dos sistemas de significação locais por uma epistemologia estrangeira. Em Moçambique, o colonialismo português impôs a língua, a religião e a história europeias como únicas referências legítimas, desqualificando as línguas nacionais, as cosmologias africanas e os saberes comunitários. O resultado foi uma ruptura da continuidade cultural que ligava o povo ao seu próprio passado. A independência, nesse contexto, deve ser entendida como um processo duplo: libertar o território e reconstituir a dignidade cultural e linguística de um povo.

Fanon (1968) já advertia que a descolonização é sempre um fenômeno violento, não apenas no sentido físico, mas também simbólico, pois implica a destruição das estruturas mentais e culturais do colonizador dentro do colonizado. Em *Os condenados da terra*, Fanon defende que a verdadeira libertação não se cumpre enquanto o colonizado continuar pensando o mundo pelos olhos do opressor. Essa reflexão é especialmente pertinente ao caso moçambicano: embora o país tenha conquistado sua independência política, ainda luta para descolonizar seu sistema educacional, seus valores culturais e seus paradigmas de conhecimento.

Cabral (1974), em seu célebre discurso sobre a “libertação cultural”, argumentava que a luta de libertação só seria completa quando o povo conquistasse o direito de narrar sua própria história. A cultura, dizia ele, é a força mais profunda que sustenta a resistência. Durante a luta armada, a FRELIMO compreendeu esse princípio e incorporou a educação, a música, a literatura e as tradições locais como instrumentos políticos. Sérgio Vieira (2008), um dos dirigentes históricos da FRELIMO, descreve como a revolução moçambicana não se fez apenas com armas, mas também com livros, canções e símbolos, uma pedagogia da libertação que visava transformar o povo em sujeito histórico de sua própria emancipação.

Entretanto, a relação entre cultura e poder após a independência tornou-se complexa. Segundo Elísio Macamo (2016), a cultura nacional foi, muitas vezes, instrumentalizada pelo Estado como elemento de unidade e legitimidade política, em detrimento da pluralidade cultural efetiva. A imposição de uma narrativa oficial da libertação centrada na FRELIMO como única protagonista, silenciou outras vozes e experiências históricas, incluindo as de mulheres, camponeses, comunidades religiosas e regiões marginalizadas. Assim, a memória nacional tornou-se, em certa medida, uma memória seletiva, na qual a diversidade do país foi subsumida sob o mito da unidade revolucionária.

Mudimbe (1988) descreve esse processo como a invenção da África: a tendência de

representar o continente a partir de categorias impostas pelo olhar colonial ou pelas elites pós-coloniais. Em Moçambique, essa invenção manifesta-se tanto na continuidade da língua portuguesa como veículo exclusivo de administração e educação, quanto na marginalização das epistemologias africanas no ensino e na pesquisa. O desafio contemporâneo é, portanto, reconfigurar o campo do saber, deslocando a centralidade da herança colonial para a pluralidade das vozes moçambicanas.

Zezeza (2006) acrescenta que a recuperação da memória africana não deve ser confundida com nostalgia. Trata-se, antes, de reinterpretar criticamente o passado para compreender o presente e projetar o futuro. Em Moçambique, o trabalho de reconstrução da memória histórica tem sido desenvolvido por artistas, escritores, cineastas e intelectuais que buscam recontar a luta de libertação sob novas perspectivas, incluindo as de gênero, etnia e território. Obras literárias e cinematográficas contemporâneas, como as de Mia Couto, Ungulani Ba Ka Khosa e Isabel Noronha, revisitam o passado da guerra e da independência, expondo suas ambiguidades e continuidades.

Mbembe (2017) propõe que essa reinterpretação da libertação exige uma descolonização da razão, isto é, uma ruptura com o pensamento binário que opõe o “moderno” ao “tradicional” e o “africano” ao “ocidental”. Para o filósofo camaronês, pensar a África contemporânea é pensar a condição humana universal a partir das margens, onde a violência do passado colonial se encontra com as promessas de futuro. Moçambique, nesse sentido, é um espaço exemplar dessa tensão: um país que busca construir sua modernidade sem renunciar às suas matrizes culturais e espirituais.

Santos (2018) reforça essa leitura ao afirmar que a descolonização não é apenas política ou econômica, mas também epistêmica. É preciso reconhecer o valor das “epistemologias do Sul” os modos de conhecimento produzidos pelas populações oprimidas e marginalizadas. Em Moçambique, essa tarefa implica recuperar o papel das línguas locais, das tradições orais e dos saberes comunitários na construção de um projeto educativo e social próprio. Trata-se de deslocar o eixo da modernidade para o território africano, onde o conhecimento é também expressão da resistência.

Essa reconstrução cultural tem implicações diretas para a cidadania. A identidade moçambicana contemporânea é plural, mestiça e dinâmica, composta pela convivência entre o português e as línguas bantu, entre o cristianismo, o islamismo e as religiões tradicionais, entre a memória da guerra e a esperança da paz. Segundo Zezeza (2006), essa diversidade é a maior riqueza do país, mas também seu maior desafio: transformar a diferença em diálogo e a memória em força criativa.

A cultura, portanto, permanece como espaço central da luta pela independência — não mais apenas contra o colonizador externo, mas contra as formas internas de silenciamento e esquecimento. A descolonização cultural exige que Moçambique reencontre sua própria voz, não como repetição do passado, mas como invenção de um futuro enraizado na experiência de seu povo. Como escreveu Cabral (1974), “a libertação não termina com a retirada do inimigo; ela começa quando o povo toma posse de sua própria história”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados obtidos ao longo da pesquisa permite compreender que a história de Moçambique é marcada por um processo contínuo de luta pela soberania e pela afirmação da identidade nacional. Desde a resistência ao domínio colonial português até as transformações políticas, econômicas e culturais do período contemporâneo, o país experimentou diferentes fases de libertação, cada uma delas permeada por conquistas, rupturas e contradições. O estudo revelou que a independência de 1975, embora tenha representado o ápice do movimento de libertação nacional, não encerrou o processo histórico de emancipação, mas inaugurou uma nova etapa de enfrentamento das heranças coloniais e de construção do Estado.

A partir da análise das fontes e das obras examinadas, foi possível constatar que a colonização portuguesa legou ao país uma estrutura profundamente desigual e dependente. Como demonstram Isaacman e Isaacman (1983) e Newitt (2017), o sistema colonial português deixou como herança uma economia extrativista, baseada na exportação de matérias-primas, e um modelo administrativo centralizado, que concentrava o poder político e econômico em pequenas elites. Essa estrutura limitou a capacidade do Estado independente de promover transformações sociais profundas e sustentáveis, o que explica, em grande medida, os impasses enfrentados nas décadas posteriores à independência.

Os resultados também evidenciaram que a luta armada conduzida pela FRELIMO representou um marco político e simbólico para o país, mas a transição do movimento revolucionário para o governo independente trouxe desafios complexos. Conforme observa Cahen (2015), o modelo de socialismo adotado na primeira década pós-independência buscava consolidar a unidade nacional e romper com as formas de dependência herdadas do colonialismo, mas acabou reproduzindo uma estrutura de centralização excessiva e burocratização do poder. Essa escolha, ainda que compreensível no contexto histórico, contribuiu para o distanciamento entre o Estado e as populações rurais, criando tensões internas que seriam exploradas posteriormente durante a guerra civil.

A guerra civil, que devastou Moçambique entre 1977 e 1992, constitui um dos pontos de inflexão mais significativos da história recente do país. Conforme argumentam Chabal (1998) e Richards (1996), esse conflito não pode ser reduzido à disputa ideológica entre socialismo e capitalismo, mas deve ser entendido como expressão das contradições internas de um Estado em formação. O confronto entre a FRELIMO e a RENAMO foi, em grande parte, alimentado pelas desigualdades regionais, pelo ressentimento de setores marginalizados e pela

interferência externa de potências que instrumentalizam o conflito no contexto da Guerra Fria. O resultado foi a destruição de infraestruturas, o colapso das redes de produção agrícola e o sofrimento humano de milhões de moçambicanos, cuja reconstrução demandaria décadas.

A assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, marcou o início de uma nova etapa de reconstrução nacional. Contudo, os resultados da pesquisa mostram que esse processo foi fortemente condicionado pelas políticas neoliberais implementadas sob a orientação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Como afirmam Amin (1997) e Mkandawire (2001), as reformas estruturais, ao privilegiarem o mercado e a privatização, enfraqueceram o papel social do Estado e aprofundaram as desigualdades regionais. Moçambique experimentou taxas de crescimento econômico expressivas, mas esse crescimento não se traduziu em desenvolvimento humano nem em redistribuição de renda. A dependência financeira e tecnológica reforçou a subordinação do país às potências estrangeiras e aos grandes conglomerados econômicos, configurando um novo ciclo de dependência, agora de caráter global e financeiro.

Outro resultado relevante da pesquisa refere-se à permanência do modelo extrativista na economia moçambicana contemporânea. As análises de Hanlon (2010) e Castel-Branco (2014) demonstram que o país continua a ser um exportador de recursos naturais sob controle estrangeiro, especialmente nos setores de gás, carvão e alumínio. Essa dinâmica, que Rodney (1972) chamou de “subdesenvolvimento induzido”, mostra como a exploração econômica segue uma lógica colonial reatualizada, na qual os benefícios são concentrados por corporações internacionais e elites nacionais. As consequências desse modelo são visíveis na desigualdade social, na degradação ambiental e nas tensões políticas que emergem em regiões como Cabo Delgado.

Entretanto, a pesquisa revelou também que Moçambique tem desenvolvido novas formas de resistência e reinvenção social. O fortalecimento de movimentos civis, culturais e religiosos, sobretudo após 2000, tem permitido reabrir o debate sobre a soberania e a memória nacional. A reconstrução da paz, como ressaltam Moyo (2010) e Macamo (2016), não se limitou à esfera institucional, mas envolveu um profundo trabalho simbólico e cultural de reconciliação. A paz moçambicana, nesse sentido, é um processo em andamento, sustentado por uma sociedade civil que busca, ainda hoje, afirmar a autonomia do país frente aos modelos impostos de fora.

A dimensão cultural dos resultados é igualmente significativa. O estudo evidenciou que a libertação de Moçambique não foi apenas um projeto político, mas um movimento cultural e epistêmico. Autores como Cabral (1974) e Ngũgĩ wa Thiong’o (2009) destacam que a

descolonização verdadeira exige recuperar a capacidade de nomear o mundo a partir da própria experiência. Em Moçambique, essa tarefa continua sendo desenvolvida por intelectuais, artistas e educadores que buscam reinterpretar a história nacional sob perspectivas africanas, questionando a hegemonia do pensamento eurocêntrico e valorizando as epistemologias locais. Essa retomada da cultura como campo de resistência tem possibilitado o surgimento de uma nova geração de moçambicanos que reivindicam não apenas uma independência política, mas também cognitiva e simbólica.

Do ponto de vista historiográfico, os resultados confirmam que a narrativa da libertação moçambicana ainda está em processo de reconstrução. A história oficial, centrada na FRELIMO e no heroísmo revolucionário, convive hoje com interpretações críticas que buscam incluir outras vozes e experiências das mulheres combatentes, dos camponeses, dos trabalhadores migrantes e das comunidades tradicionais. Essa pluralização da memória histórica é fundamental para o amadurecimento da consciência nacional e para a democratização do conhecimento histórico. Como argumenta Mbembe (2017), a libertação do pensamento africano passa pela recuperação da complexidade e da pluralidade das experiências do continente.

Por fim, a pesquisa demonstrou que a descolonização de Moçambique é um processo inacabado, que se renova em cada geração. A independência de 1975 foi uma conquista histórica inegável, mas sua plena realização depende da capacidade do país de construir um projeto de desenvolvimento que una soberania econômica, justiça social e valorização cultural. Os resultados apontam para a necessidade de repensar o papel do Estado, das instituições educativas e das políticas públicas à luz de uma perspectiva descolonial, capaz de reconhecer a força dos saberes locais e a dignidade dos sujeitos históricos moçambicanos.

Assim, os resultados e discussões deste trabalho revelam que a libertação de Moçambique não é um ponto final da história, mas um horizonte contínuo de luta, reflexão e reinvenção. A história do país é, ao mesmo tempo, memória e projeto — um testemunho de resistência e uma convocação à construção de um futuro que concretize as promessas da independência em todas as dimensões da vida social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o surgimento dos movimentos de libertação em Moçambique nas décadas de 1950 e 1960, buscando compreender de que maneira os fatores internos, externos e as tensões internas desses movimentos influenciaram o processo de independência e a configuração do Estado moçambicano.

Retomando o problema de pesquisa, constatou-se que o colonialismo português, caracterizado pela exploração econômica, repressão política e exclusão social, constituiu o principal fator interno para o surgimento dos movimentos nacionalistas. Essas condições estruturais impulsionaram a mobilização de diferentes grupos sociais, que, ao longo do tempo, passaram de reivindicações pontuais para uma luta organizada pela independência. No que se refere aos fatores externos, verificou-se que o contexto internacional desempenhou papel decisivo no fortalecimento dos movimentos de libertação. O avanço do pan-africanismo, o processo de descolonização no continente africano e as dinâmicas da Guerra Fria contribuíram para a consolidação da luta, oferecendo apoio político, ideológico e militar à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Além disso, a análise evidenciou que, embora a FRELIMO tenha se apresentado como um movimento unificado, sua trajetória foi marcada por tensões internas e disputas ideológicas que influenciaram tanto o processo de luta quanto a organização do Estado no período pós-independência. Dessa forma, conclui-se que a independência de Moçambique não foi resultado de um processo homogêneo ou linear, mas sim de uma complexa articulação entre diferentes forças históricas.

A pesquisa também permitiu compreender que a independência, conquistada em 1975, representou um marco fundamental na afirmação da soberania nacional, mas não significou a superação imediata das estruturas coloniais. Conforme evidenciado por autores como Newitt (1995), Isaacman e Isaacman (1983) e Cahen (2015), o legado do colonialismo manteve-se presente nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país, configurando um processo de descolonização ainda em curso.

Nesse sentido, o Estado moçambicano pós-independência enfrentou desafios significativos, como a consolidação institucional, a construção de uma economia autônoma e a superação das desigualdades herdadas. A guerra civil e as transformações econômicas posteriores evidenciaram as contradições de um processo de independência marcado tanto por avanços quanto por limitações estruturais. Entretanto, para além das dificuldades, destaca-se a capacidade de resistência e reinvenção da sociedade moçambicana, expressa nas práticas

culturais, nas formas de organização social e na construção contínua de sua identidade nacional. A luta de libertação, nesse sentido, não pode ser compreendida apenas como um evento histórico concluído, mas como um processo dinâmico que se prolonga no presente.

Por fim, conclui-se que compreender a história da libertação de Moçambique implica reconhecer a independência como um processo multifacetado, resultante de disputas internas e influências externas, cujos efeitos ainda se fazem presentes na contemporaneidade. Assim, o estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre os processos de descolonização africanos, indicando a necessidade de novas pesquisas que ampliem a análise comparativa com outros contextos do continente. Dessa forma, a história de Moçambique revela-se não apenas como memória de resistência, mas como um campo permanente de construção política, social e cultural, no qual a libertação continua a ser um projeto em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ADEDEJI, Adebayo. **African Renaissance: The New Struggle**. London: Zed Books, 1999.
- AKE, Claude. **Democracy and Development in Africa**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 1996.
- AMIN, Samir. **Capitalism in the Age of Globalization: The Management of Contemporary Society**. London: Zed Books, 1997.
- AMIN, Samir. **The Law of Worldwide Value**. New York: Monthly Review Press, 2011.
- ARNFRD, Signe. **Sexuality & Gender Politics in Mozambique: Rethinking Gender in African Politics**. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CABRAL, Amílcar. **Unity and Struggle: Speeches and Writings of Amílcar Cabral**. New York: Monthly Review Press, 1974.
- CAHEN, Michel. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. Cahiers d'Études Africaines, Paris, v. 55, n. 217, p. 113-140, 2015.
- CAHEN, Michel. **Mozambique, la révolution implosée: études sur douze années d'indépendance (1975-1987)**. Paris: L'Harmattan, 1987.
- CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2004.
- CASTEL-BRANCO, Nuno. **Growth, Capital Accumulation and Economic Porosity in Mozambique: Social Losses, Private Gains**. Review of African Political Economy, v. 41, n. 141, p. 26-48, 2014.
- CHABAL, Patrick. **Africa Works: Disorder as Political Instrument**. Oxford: James Currey, 1998.
- DAVIDSON, Basil. **The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State**. London: James Currey, 1992.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GEFFRAY, Christian. **La cause des armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile**. Paris: Karthala, 1990.
- HALL, Margaret; YOUNG, Tom. **Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence**. London: Hurst, 1997.

HANLON, Joseph. **Do Donors Promote Corruption? The Case of Mozambique**. Third World Quarterly, v. 31, n. 4, p. 557–575, 2010.

HANLON, Joseph. **Mozambique: Who Calls the Shots?** London: James Currey, 1991.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Territórios de identidade: o espaço-tempo da África**. Lisboa: Colibri, 2017.

ILIFFE, John. **Africans: The History of a Continent**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ISAACMAN, Allen F.; ISAACMAN, Barbara. **Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900–1982**. Boulder: Westview Press, 1983.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Brasília: UNESCO, 2006.

LOPES, Carlos. **A África no horizonte 2063: O que deve ser feito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019.

MACAMO, Elísio. **The colonizer's geographical imagination and development**. Geographica Helvetica, v. 71, n. 2, p. 123–133, 2016.

MACHEL, Samora Moisés. **A libertação da mulher é uma necessidade da revolução**. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda, 1979.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MBEMBE, Achille. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2019. MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **On the Postcolony**. Berkeley: University of California Press, 2001.

MKANDAWIRE, Thandika. **Thinking about Developmental States in Africa**. Cambridge Journal of Economics, v. 25, n. 3, p. 289–313, 2001.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane, 1995.

MONDLANE, Eduardo. **The Struggle for Mozambique**. London: Penguin; Faber & Faber, 1969.

MOYO, Noel. **Faith-Based Organisations and Peacebuilding in Mozambique**. Accord Occasional Paper Series, v. 2, n. 1, 2010.

MUDIMBE, Valentin Y. **The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

NDIKUMANA, Léonce. **Capital Flight from Sub-Saharan Africa: Causes and Policy Responses**. New York: Oxford University Press, 2015.

NEWITT, Malyn. **A History of Mozambique**. Bloomington: Indiana University Press; London: Hurst, 1995.

NEWITT, Malyn. **A Short History of Mozambique**. London: Hurst; New York: Oxford University Press, 2017.

NYERERE, Julius. **Freedom and Development: Uhuru na Maendeleo**. Dar es Salaam: Oxford University Press, 1974.

OLORUNTIMEHIN, B. O. **Conflict and Development in Africa: A Historical Perspective**. *African Journal of International Affairs and Development*, v. 3, n. 2, 1998.

PITCHER, M. Anne. **Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975–2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

RANGER, Terence. **The Invention of Tradition in Colonial Africa**. Cambridge University Press, 1983.

RICHARDS, Paul. **Fighting for the Rain Forest: War, Youth and Resources in Sierra Leone**. Oxford: James Currey, 1996.

RODNEY, Walter. **How Europe Underdeveloped Africa**. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Coimbra: Almedina, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide**. London: Routledge, 2018.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SHELDON, Kathleen E. **Pounders of Grain: A History of Women, Work, and Politics in Mozambique**. Portsmouth, NH: Heinemann, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and Its Discontents**. New York: W.W. Norton & Company, 2002.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. **Descolonizar a mente: a política da linguagem na literatura africana**. São Paulo: Kapulana, 2009.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, Sérgio. **Participei, por isso testemunho: histórias da luta de libertação nacional e do início da independência de Moçambique**. Maputo: Ndjira, 2008.

ZELEZA, Paul Tiyambe. **The Inventions of African Identities and Languages**. Cape Town: CASAS, 2006.